



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
CASA NAPOLEÃO LAUREANO
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

PARECER

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 06/2025, QUE
CONCEDE A MEDALHA DE SÃO BENTO AOS 40 ANOS DO
EJC NEVES - MOVIMENTO ENCONTRO DE JOVENS COM
CRISTO, DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DAS NEVES.**

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo nº 06/2025, de autoria do Vereador Thiago Lucena, o qual concede a Medalha de São Bento aos 40 anos do EJC Neves – Movimento Encontro de Jovens com Cristo da Paróquia Nossa Senhora das Neves.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Analisando-se a redação e a justificativa do projeto, observa-se que a propositura não padece de vícios, revelando sua constitucionalidade.

Inicialmente, observa-se que o projeto está de acordo com o art. 30, I, da Constituição Federal e art. 5º, I, da Lei Orgânica de João Pessoa, que trata da competência legislativa dos Municípios:

“Artigo 5º - Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem – estar de sua população, cabendo-lhe privadamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Percebe-se que o inciso I, do art. 5º, da Lei Orgânica Municipal indica que a competência legislativa municipal abrange assuntos de interesse local.

Segundo Dirley da Cunha Júnior, entende-se, por interesse local “não aquele interesse exclusivo do Município, mas seu interesse predominante, que o afete de modo mais direto e imediato”.

Por sua vez, o art. 38 da Lei Orgânica do Município de João Pessoa estabelece que:



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
CASA NAPOLEÃO LAUREANO
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

“Artigo 38 - O decreto legislativo destina-se a regular matéria de competência exclusiva da Câmara que produza efeitos externos, não dependendo de sanção ou veto do Prefeito Municipal. ”

No que diz respeito aos Projetos de Decreto Legislativo, o art. 208, II, alínea e, e § 4º do Regimento Interno da Câmara Municipal estabelece que a Câmara Municipal, através de decreto legislativo, poderá conceder a Medalha de São Bento, ressalvando que as honrarias previstas, no referido artigo, não poderão ser concedidas a pessoas físicas ou jurídicas que foram condenadas em ações criminais ou de improbidade administrativa, devendo ser comprovadas através de certidões expedidas pela Justiça Federal, Justiça Estadual, Justiça Militar e Justiça Eleitoral.

Tendo em vista que os requisitos acima descritos foram preenchidos, com a apresentação das certidões negativas do homenageado, verifica-se a constitucionalidade do projeto de lei.

III – CONCLUSÃO

Por todo o exposto, em atendimento á solicitação de **PARECER** desta respeitável Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de João Pessoa, vem por meio de seu relator, pelos fundamentos já estampados neste parecer **OPINAR** da maneira que segue:

a) OPINA-SE pelo Parecer favorável AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 06/2025.

b) DEVOLVO o presente Projeto de Decreto Legislativo que tem por objetivo conceder a Medalha de São Bento aos 40 anos do EJC Neves – Movimento Encontro de Jovens com Cristo da Paróquia Nossa Senhora das Neves, para a Mesa Diretora desse Egrégio Parlamento, para que o mesmo seja deliberado em Plenário.

É como vota o Relator.

É o parecer

Sala das Comissões, 25 de Fevereiro de 2025.

Carlão Pelo Bem
Vereador



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
CASA NAPOLEÃO LAUREANO
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

IV- PARECER DA COMISSÃO

A comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, opinou pelo PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Decreto Legislativo nº 06/2025, em conformidade com o Parecer do relator

Sala das Comissões, 25 de Fevereiro de 2025.

Carlão Pelo Bem
Vereador

Damásio Franca Neto

Presidente

Durval Ferreira

Membro

Valdir Trindade

Vice-Presidente

Marcos Vinícius

Membro

Carlão Pelo Bem

Membro

Milanez Neto

Membro